

REFLEXÕES SOBRE O CIBERATIVISMO: PONTOS DE CULTURA, REDES E POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL

Ariel Nunes¹

Neste ensaio concentrarei minha análise na *rede virtual dos Pontos de Cultura*: um espaço de comunicação virtual entre artistas e produtores culturais. Enquanto política pública cultural, os Pontos de Cultura foram inaugurados durante a gestão do Ministro Gilberto Gil em 2004, com a finalidade de fomentar artistas que não foram incluídos nas políticas públicas culturais antecedentes. Os artistas e produtores culturais responsáveis pelo “Ponto” de sua comunidade, bairro, cidade ou estado são conhecidos como *ponteiros* - e serão aqui observados como os principais mediadores entre artistas e os gestores públicos. Entretanto, para além das atividades culturais que ocorrem em cada Ponto de Cultura, proponho aqui analisar *a forma de organização virtual dos ponteiros*. Trata-se de uma rede colaborativa, dividida em grupos virtuais referentes aos Pontos de Cultura de certo município, cidade, estado ou capital, de modo que todos os ponteiros do país estão em contato através dessa rede virtual. Nesta rede virtual dos Pontos de Cultura indico a existência de um ciberativismo entre os ponteiros, pois a rede é caracterizada como um espaço de reivindicação, questionamento e organização política. Um espaço virtual de programação das atividades culturais dos Pontos, mas também, um instrumento para pressionar e provocar diálogos com os gestores públicos. Portanto, proponho analisar o uso da rede virtual dos Pontos de Cultura como instrumento privilegiado de expressão política. Partirei do pressuposto que a rede virtual possui como principal atributo o ciberespaço. A existência de um ciberespaço implica nas redes e nos sistemas mediados por computador, dispondo conhecimento e informação em um local de permanente estado de modificação. A interatividade e modo de organização desse ciberespaço serão aqui observados em forma de *rizoma* que não cessam de estabelecer novas conexões (DELEUZE e GUATTARI, 1996). Utilizando a noção de ciberespaço e rizoma, proponho discutir o papel do ponteiro enquanto agente mediador entre o artista e o poder público, ou seja, o ponteiro enquanto ator-rede (LATOUR, 1994). Neste sentido, as abordagens trabalhadas por Bruno Latour (2004) sobre as novas formas de sociabilidades nos permitirão refletir sobre as intermediações e hibridismos presentes no ciberespaço protagonizado pelos ponteiros. Ainda preocupada em discutir sobre a posição intermediária dos ponteiros,

¹ Doutoranda em Antropologia Social Dan/UnB. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

destacarei o papel político e ativista desses artistas que estão inseridos na rede virtual dos Pontos de Cultura. As noções de ciberativismo - que implicam em uma reflexão sobre modernidade e sobre o problema identitário - serão aqui exploradas através da abordagem desenvolvida por Donna Haraway (2009). A ascensão de novos atores políticos inseridos em uma nova tecnologia de informação indica ser uma das preocupações centrais da autora. Através de seu *manifesto ciborgue* poderemos refletir sobre esses novos artistas/ponteiros e os usos de novas tecnologias como uma ferramenta política. Assim, proponho argumentar que as novas técnicas e tecnologias de informação podem ser utilizadas como uma poderosa ferramenta política, e que este seria o caso da rede virtual dos Pontos de Cultura. Ao final deste ensaio farei uma breve reflexão sobre aqueles que são “incluídos” nas políticas públicas culturais. Em que medida as políticas de governo estimulam (ou excluem) artistas e suas ações culturais. Nesta parte proponho utilizar os argumentos desenvolvidos por Gayatri Spivak (2010), acerca do subalterno para o tema das políticas públicas culturais.

Considero esse artigo como primeiro esforço em refletir sobre o tema da rede virtual e do ciberativismo, já que estes aspectos não foram aprofundados durante a minha pesquisa de mestrado. Concentrei minha análise nos autores e temáticas que foram trabalhadas durante o curso de Seminário Avançado em Teoria Antropológica I. Trata-se de um exercício teórico-metodológico em reunir as abordagens de Bruno Latour, Gilles Deleuze e Guattari, Donna Haraway e Gayatri Spivak para construção de um argumento sobre um tema que é de meu interesse pessoal e acadêmico.

2. Apresentando os Pontos de Cultura: ponteiros, redes e reflexões híbridas

Sob os princípios de “autonomia”, “protagonismo” e “empoderamento” o Programa Cultura Viva – responsável pela ação dos Pontos de Cultura - propunha a inclusão de novos atores sociais. Os Pontos de Cultura foram criados para fomentar iniciativas culturais, impulsionando um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si. Não se trata de um modelo único, nem de instalações físicas, nem de programação ou atividade. A assinatura do convênio dos Pontos é realizada a partir de editais lançados pelo Ministério da Cultura, pelos governos dos Estados ou pelas Prefeituras². O Programa passa atualmente por mudanças e os ponteiros estão exigindo dos gestores do Ministério da Cultura o cumprimento das

²Outras linhas de fomento aos Pontos de Cultura também são possíveis: Pontos de Leitura, Pontinhos de Cultura, Pontos de Memória e Pontos de Bens Registrados como Patrimônio Imaterial. Assinado o convênio, os Pontos de Cultura recebem a contrapartida financeira do Ministério da Cultura que é paga em forma de parcelas.

propostas iniciais do Programa. Um dos mecanismos utilizados pelos ponteiros para pressionarem a esfera pública é a rede virtual dos Pontos de Cultura.

O aspecto capilar da rede virtual dos Pontos de Cultura é próximo da noção de *rizoma*, desenvolvida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1996), como um modo de organização e conexão que desencadeia uma série de agenciamentos múltiplos de termos heterogêneos que estabelecem relações e ligações entre eles, *porque um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, entre o ser, intermezzo* (DELEUZE E GUATTARI, 1996, Vol. 1, p. 36). Esse modo rizomático de estabelecer relações é manifestado nas redes virtuais, e essas relações, por sua vez, implicam em novas formas de organização social. Torna-se necessário mapear as mobilizações em rede como uma prática política e como uma organização capaz de proporcionar ao indivíduo a experiência de se manifestar. O advento das novas tecnologias de informação implica em uma reformulação no modo como os indivíduos se organizam em torno de projetos e interesse políticos em comum.

Deleuze e Guattari (1996) indicam que estaríamos diante de uma terceira geração de máquinas, com tecnologia da informação e computadores, uma geração que pode ser observada enquanto fenômeno político e social emergente.

Trata-se de redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a um vizinho qualquer, onde as hastes ou canais não preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um *estado* a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central (DELEUZE E GUATTARI, 1996, vol. 1.p. 26).

O aspecto principal dos sistemas a-centrados, característicos do ciberespaço, é que as ações e iniciativas locais são coordenadas independentemente de uma instância central. No caso da rede virtual dos Pontos de Cultura, cidadãos conectados em grupos virtuais praticam a troca de informação por meio da rede, constituindo um espaço de expressão cultural e política. Esses sujeitos podem interpelar o governo sobre as decisões tomadas e pressionar os governantes sobre o cumprimento dos projetos iniciais. Desse modo, a própria noção de cidadania não se restringiria apenas ao caráter histórico, político e social, mas também, aos processos comunicacionais.

Na rede virtual dos Pontos de Cultura é comum o compartilhamento de documentos, encaminhamento de Ofícios e discussões formais (e informais) sobre o pagamento das parcelas dos convênios. Os diálogos constituem um espaço de comunicação que permite a existência de um “ativismo virtual”, com forte capacidade de intervenção no curso dos acontecimentos, e de conseqüências políticas reais. Nas conversas compartilhadas na rede

virtual dos Pontos, pude observar a constante preocupação dos ponteiros sobre o não pagamento das parcelas do convênio e sobre o futuro do Programa Cultura Viva³. Selecionei abaixo um trecho de uma conversa entre os ponteiros do estado de Goiás que ainda não tinham recebido a segunda parcela:

*ola boa tarde a todos os ponteiros de plantão.
Pra nós que ficamos, mas afastado da capital queremos saber como ficou a respeito da segunda parcela. Pois na reunião com a secretária do MINC tinha o indicativo de repasse no mês de maio e ate o momento não temos nenhuma noticia. Será cancelado o convenio?*

Re: “ola a todos, como foi colocado aqui, penso que temos que ir a Brasília o mais rápido possível. Chamemos os nossos representantes parlamentares e vamos ao ou aos ministérios que for preciso para resolver. É uma vergonha os quarenta pontos de cultura do Estado de Goiás ficar nesta mendigação. Cada um que tem acesso ao deputado e que esteja em Brasília na próxima semana façamos uma caravana vamos peregrinar por estes Ministérios”.

Re: “Eu topo fazer barulho na frente do Palácio do Planalto com faixas pra Dilma ver.... Vamos com nossas artes, instrumentos, palhaços, pernas de pau, alegria, gente, muita gente!!! Eu topo e ajudo a mobilizar.

A conversa é informal e indica a preocupação dos ponteiros sobre o não pagamento das parcelas e sobre o futuro do Programa Cultura Viva. A frase “é uma vergonha os quarenta Pontos de Cultura do Estado de Goiás ficar nesta mendigação”, utilizada pelo ponteiro ilustra bem o tom de ativismo e integração entre esses artistas. Observando o uso das redes virtuais como um espaço de construção para o ciberativismo, percebemos que os atores envolvidos expõem seus interesses políticos. Isto porque o ciberativismo não está dissociado das questões identitárias, ele está implicitamente envolvido em uma dinâmica de inter-subjetividades que compõem uma comunidade. A compreensão do panorama das identidades no atual estágio social é fundamental para o entendimento da lógica dos movimentos ciberativistas. Essa complexa relação entre política, rede e identidade é explorada por Bruno Latour (1994), o qual indica a existência do ator-rede e dos coletivos híbridos que emergem

³ Minha inclusão no grupo virtual PC-Goiás ocorreu durante a pesquisa de mestrado. Foi a partir da observação neste campo virtual que pude ser informada dos atrasos e não pagamentos dos convênios de todos os Pontos de Cultura do país. Embora seja um grupo virtual de Goiás, as conversas e informações incluem ponteiros de todo território nacional. Outros problemas relacionados à burocratização do Programa e a ineficácia das prestações de contas também eram aspectos frequentemente colocados em pauta. A minha pesquisa ocorreu durante a gestão da Ministra Ana de Holanda (2011-2012) – Ministra que por sua vez foi alvo de duras críticas e manifestações por parte dos ponteiros, artistas e produtores culturais em geral.

*Mantive o anonimato dos autores.

como intermediários entre elementos heterogêneos - objetivos e subjetivos, individuais e coletivos.

Os “híbridos” seriam formas que “se conectam ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem, contudo, reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (Latour, 1994, p.11). Ao passo que “coletivos” aponta para a superação da dicotomia do tipo indivíduo-sociedade. Seguindo o argumento de Latour (1994), o estabelecimento de dicotomias, (tal como indivíduo-sociedade), foi baseado na precedência essencialista das entidades e dos objetos. As dicotomias teriam inaugurado o paradigma epistemológico da modernidade. Aqui é importante notar que no contexto do pensamento moderno ocidental a dicotomia indivíduo-sociedade é gerada juntamente com outras polarizações, como natureza-cultura, teoria-prática e sujeito-objeto. A proposta de Latour é de conceber um conceito de coletivo para além dessas dicotomias historicamente constituídas, apontando para uma outra lógica: uma abordagem que privilegia o engendramento, uma lógica das relações em si.

Ora, tal argumento parece contribuir com nossa análise sobre as redes, pois a dicotomia indivíduo-sociedade, por exemplo, não se sustenta quando estamos tratando do espaço virtual. Na rede virtual quem é indivíduo? Quem é sociedade? Se o pensamento dicotômico opera através das causalidades de um termo sobre o outro, a superação dessa perspectiva implica que os objetos não causam nem determinam nada, na verdade, eles são produzidos em relação. Ou seja, qualquer elemento só pode ser observado *em relação* a outros. Esse aspecto relacional não seria a condição de existência de qualquer ciberespaço?

A superação das dicotomias também parece ser uma das preocupações de Deleuze e Guattari (1996). Muito embora, enquanto os autores negam as dicotomias platônicas e aristotélicas, acabam criando outros modelos dualistas. Nas palavras dos autores: “Invocamos um dualismo para recusar um outro. Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que recusa todo o modelo” (DELEUZE E GUATTARI, 1996, Vol. 3. p.32). Neste ponto vale nos deter um pouco mais sobre as análises propostas por esses dois filósofos. No capítulo de Mil Platôs (Vol. 3, 1996), *Micropolítica e Segmentaridade*, os autores partem do pressuposto que qualquer indivíduo é segmentário e que as segmentaridades podem ser observadas a partir de três modelos: 1. Segmentaridade binária: opera por oposições duais, tais como as classes sociais, indivíduo-sociedade, natureza-cultura etc. 2. Segmentaridade circular: delineaia círculos progressivos e cada vez mais vastos, tais como “as ocupações de meu bairro, minha cidade, meu país, do mundo...” (Ibidem, 1996, p. 84). 3. Segmentaridade linear: atua como linhas que se sucedem, onde cada segmento representa um processo mal acabado. Na segmentaridade linear “mal acabamos um processo e já começamos outro” (...)

“A escola nos diz: você não está mais em família e o exército diz: você não está mais na escola” (Ibidem, 1996, p. 84). Essas três formas de segmentaridade não se excluem, elas coexistem, remetem umas as outras e se entrecruzam. Por isso que muitas vezes os autores partem das segmentaridades binárias para chegarem à lógica da segmentaridade linear, um processo mal acabado onde se possam traçar linhas de fuga e desterritorializações (Ibidem, 1996). Um mesmo indivíduo ou um grupo pode ser atravessado por diversas segmentaridades. Assim, se tomarmos o par indivíduo-sociedade veremos que não se trata somente de opor os termos, uma vez que eles são atravessados outras formas de segmentaridades.

O que quero destacar é que indivíduo e sociedade deixam de ser unidades e passam a ser considerados a partir do seu entrecruzamento. A noção de rede implica, portanto em um modo de superar as dicotomias entre o nível individual e o coletivo, e é esta noção de rede que é empregada por Latour ao construir seu argumento sobre os coletivos híbridos. Não se trata de uma distinção da ontologia clássica entre o Uno e o múltiplo, mas sim, tomar a multiplicidade enquanto instância precedente de qualquer relação. Conforme definiu o próprio Latour em uma de suas entrevistas: trata-se de uma “ontologia de rizomas”⁴. Neste sentido, podemos tomar a noção de rede enquanto coletivo híbrido (LATOUR, 1994) e rizoma (DELEUZE E GUATTARI, 1996).

Ao denominar a rede virtual como um coletivo híbrido, procuro reforçar que este plano não se reduz ao individual, pois o ciberespaço só pode ser apreendido através das dinâmicas inter-individuais ou grupais, como é o caso da rede virtual dos Pontos de Cultura. Aqui a noção de agenciamento (DELEUZE E GUATTARI, 1996) nos parece ser útil para explicar o funcionamento desse ciberespaço. Agenciar implica em estar “no meio”, em mediar relações. O agenciamento é o modo de funcionamento desse coletivo híbrido, a saber, da rede virtual. Os agenciamentos compreendidos como o modo de relação entre os grupos provocam efeitos. Os agenciamentos realizados na rede virtual dos Pontos de Cultura, por sua vez, podem produzir efeitos reais na política pública cultural. Vejamos o exemplo de uma das pressões protagonizada pelos ponteiros e no efeito desse agenciamento virtual:

Pessoal, bom dia. Diante dos problemas que estamos enfrentando entendo que uma voz somente chegando ao MinC é pouco demais. Então façamos barulho, liguemos no MinC, mandemos emails e por aí vai. Chegamos à conclusão de que é necessário uma mobilização urgente. Vocês também devem ter recebido um email, falando que o pessoal de Goiás estão na mesma situação e estão até pensando em uma caravana ao Ministério da

⁴ Cf. Latour, B. *An interview with B. Latour*. (Crowford, TH). In: *Configurations*. The John Hopkins University Press, 1993.

Cultura. Acho que num primeiro momento, podemos pensar na elaboração de uma Carta Manifesto assinada por todos os pontos. Se quiserem me comprometo na elaboração da primeira versão, daí a gente fecha o conteúdo conjuntamente. O que acham? Outra ação que cada ponto pode fazer é ligar no MinC – Fone:[retirado] com Neyde [Aparecida] - Chefe de gabinete da Márcia [Rollemberg]. Ou pelo menos mandarem email cobrando um posicionamento do MinC acerca da liberação da terceira parcela do Convênio dos Pontos de Cultura de Mato Grosso

Re: Oi pessoal, Continuo reafirmando. Nada de ilusão com a Márcia. Ela aqui em Goiânia se auto elogiou de todo jeito. Um dos que mais me chamou a atenção foi dizer que já recebeu mais a coordenação dos Pontos que o Célio Turino recebera. E daí. Esta é uma tática de enrolação (...) É piada, né.

Re: Eu insisto no chamamento à Dilma. Vamos passar 4 anos tentando negociar X com o MinC e não vamos conseguir nada... Se for pra ir ao MinC, não contem comigo...

Re: Oi, Mas em todo caso pensem que é mais fácil falar com o Ministério do Planejamento do que com a Dilma. MinC é perda de tempo como tenho dito.

A discussão acima produziu efeitos reais, pois os ponteiros conseguiram agendar uma reunião com a Ministra Ana de Holanda, que recebeu a Carta Manifesto – a propósito, construída coletivamente pelos ponteiros na rede virtual. O Ministério da Cultura também agilizou os pagamentos das parcelas em atraso e marcou uma série de reuniões entre os gestores e os ponteiros. Aqui não valeria detalhar se os compromissos acordados entre ponteiros e gestores foram (ou não) cumpridos. O importante é reforçar que diante das dificuldades de diálogo e de negociação com o poder público, os ponteiros utilizam a rede virtual para compor um espaço de planejamento de ações e essas ações podem produzir efeitos reais nas políticas públicas culturais.

Considerando que o ciberespaço é construído rizomaticamente através de coletivos híbridos que operam por agenciamentos e que esses últimos, produzem efeitos; falta agora discutir sobre os aspectos subjetivos dessas operações em rede, que implicam na construção identitária dos indivíduos e dos grupos. Partirei do pressuposto que o plano de coletividades é também um plano de inter-subjetividades. Aqui cabe ressaltar que subjetividade não é compreendida como sinônimo de indivíduo, sujeito ou pessoa. Utilizando os argumentos de Deleuze e Guattari (1996), o indivíduo não é aqui definido como um elemento isolado. Assim, subjetividade é aqui apreendida simultaneamente como um conjunto de sistemas pré-individuais (perceptivos e de sensibilidade) relacionado à esfera coletiva, social (como os sistemas econômicos, políticos, etc). Os sistemas pré-individuais não podem ser isolados dos processos sociais. Isto porque, tal como já foi dito antes, não se trata de uma polarização entre indivíduo e sociedade, pois estes não estão separados. De modo que, qualquer processo de

subjetivação é sempre coletivo na medida em que agenciam estratos heterogêneos (DELEUZE E GUATTARI, 1996). Nos termos de Guattari (1992), poderíamos até falar em subjetividades individuais e subjetividades coletivas: individuais porque em certos contextos sociais a subjetividade se individua, por exemplo, quando falamos em inconsciente humano. Coletivas porque em outras condições a subjetividade se faz de forma coletiva, “o que não significa que ela torne por isso exclusivamente social” (GUATTARI, 1992, p. 19-20). Em todo caso, as subjetividades individuais da qual fala Guattari estão diretamente ligadas à crítica aos modelos do inconsciente humano, aos quais não serão aqui exploradas. Deixarei a análise das subjetividades individuais aos psicanalistas e me concentrarei nas inter-subjetividades como processo de produção de identidades de grupo, criando uma comunidade de pertencimento, que será aqui observada através da rede virtual dos Pontos de Cultura.

3. Ciborgues e/ou subalternos: produção de identidades na rede virtual dos Pontos de Cultura.

Definido que a rede virtual dos Pontos de Cultura é um ciberespaço que opera por agenciamentos e que esses produzem efeitos no real, nos direcionaremos agora para uma discussão acerca do caráter subjetivo e identitário desses agenciamentos. Em que medida podemos perceber a construção de subjetividades e de identidades no ciberespaço? Esta pergunta está intimamente relacionada à questão levantada logo na introdução da *Antropologia do Ciborgue* (2000) “Onde termina a máquina e onde começa o humano?”

Para começar a responder essas questões, partiremos do pressuposto de que é na relação dos híbridos tecno-naturais que a “humanidade de nossa subjetividade se vê colocada em questão” (TADEU SILVA, 2000, p. 10). A imagem do ciborgue nos conduz a uma reflexão sobre as nossas concepções de subjetividade humana. Isto porque a noção de subjetividade que dominou o pensamento moderno é aquela que nos foi legada pelo *cogito* cartesiano. A imagem do sujeito racional, capaz de separar as categorias de natureza-cultura e indivíduo-sociedade dominou o sentido moderno empregado à noção de subjetividade. Com o surgimento das novas tecnologias de informação temos a produção de novos sujeitos, novas formas relação, comunicação e construção de subjetividades.

Para definir as categorias de subjetividade e identidade, partirei de uma noção inspirada na teoria deleuziana. Em primeiro lugar, subjetividade é aqui compreendida como o vetor que viabiliza e constitui as identidades, ou seja, ela *precede* a identidade. Todos nós somos atravessados por subjetividades, por afectos, por devires que não são passíveis de

representação e identificação. Somos constantemente afetados por essas subjetividades que não cessam de se transformar. Em segundo lugar, essas subjetividades são permanentemente atualizadas na estrutura social, ou seja, são estratificadas nas relações entre os indivíduos, e são nessas atualizações que as identidades são construídas⁵. A subjetividade é, portanto o fundamento da relação entre individual e coletivo, porque essas duas instâncias estão inevitavelmente diluídas. O que ocorre é que para a nossa análise antropológica, nos interessa a apreensão do coletivo de subjetividades, e não a interpretação psicanalítica de cada indivíduo. Portanto, o coletivo híbrido que constitui a rede virtual dos Pontos de Cultura é aqui apreendido a partir do caráter identitário, das relações que são construídas e atualizadas coletivamente.

Considerando que as identidades são construídas em relação, podemos agora dar seqüência ao argumento de que o uso das novas tecnologias produz novas formas de socialização. As novas formas de sociabilidade entre homem e máquina foram discutidas no *Manifesto Ciborgue*, de Donna Haraway (2009). A autora argumenta que as novas tecnologias de informação são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos. Essas ferramentas corporificam e impõem novas formas de relações entre os indivíduos. A perspectiva da autora indica a existência de um universo de redes entrelaçadas – redes que são parte humanas, parte máquinas. “Estamos em meio à mudança: de uma sociedade industrial, orgânica, para um sistema polimorfo, informacional” (HARAWAY, 2009). Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas, uma não pode mais ser objeto de apropriação e incorporação da outra (Ibidem, p.39).

O ciborgue que navega pelo ciberespaço seria uma hibridação do natural e do artificial, e este contágio sugere o fim do ideal puro de “natureza” e “subjetividade humana”. Enquanto sujeito híbrido e descentrado, o ciborgue subverte a moderna concepção dicotômica entre natureza e cultura. Conforme indica Haraway (2009), o ciborgue é uma criatura de realidade social e também, uma criatura de ficção, “uma criatura do pós-gênero, um ser que não tem qualquer fascínio por uma totalidade orgânica (HARAWAY, 2009, p.38). O argumento da autora para construção de uma análise “político-ficcional” implica no rompimento de três fronteiras: 1) a fronteira entre o humano e o animal. 2) a fronteira entre natural e artificial. 3) O rompimento da fronteira entre o físico e do não físico, como é o caso

⁵É por esta razão que Félix Guattari propõe a esquizoanálise enquanto *produção* das subjetividades ao invés da *construção* da identidade. Seu interesse está na produção dos desejos no seu caráter mais molecular possível (GUATTARI, 1992). E o desejo é compreendido por Guattari como a expressão mais imediata da subjetividade. Isto não significa que as subjetividades estejam isoladas do coletivo. Ao contrário, mesmo as subjetividades mais *individuais* (para usar o termo de Guattari) estão relacionadas ao social.

dos dispositivos microeletrônicos: “eles estão em toda parte e são invisíveis” (HARAWAY, 2009, p.43). Para a autora um mundo de ciborgues implica em mecanismos nos quais “as pessoas não temam sua estreita afinidade com as máquinas, que não temam identidades permanentes parciais e posições contraditórias” (Ibidem, p.46).

Tomando a figura do ciborgue, Haraway constrói uma crítica radical à contraposição entre natureza-cultura, indivíduo-sociedade, homem-mulher, humano-máquina, denunciando o uso intencional dessas categorias por sujeitos com interesses sociais e políticos - como é o caso dos dualismos criados nas tradições ocidentais a favor do domínio das mulheres, dos trabalhadores e de todos aqueles que foram considerados como “outros” pelo discurso hegemônico. Para a autora, a cultura *high-tech* contesta esses dualismos, e neste sentido, o ciborgue de Haraway é corrosivo nas estruturas políticas e epistemológicas dos saberes ocidentais.

Assim podemos considerar que as novas tecnologias não se reduzem a um simples meio de propagação de informação. O uso das redes virtuais constitui um modo de sociabilidade e um campo de forças políticas. No caso da rede virtual dos Pontos de Cultura, a presença dos artistas/ponteiros no ciberespaço aponta para a capacidade de integração de inúmeros pontos de vista, mas com interesses políticos em comum. Diante das novas condições de sociabilidade propiciadas pelo uso das redes virtuais, os artistas/ponteiros parecem querer divulgar suas opiniões, seus valores e seus pontos de vista para aqueles que formulam as políticas públicas culturais do Brasil. Se esses atores utilizam a rede como um modo de organização e como instrumento político, podemos considerá-los como os ciborgues apontados por Donna Haraway.

Na rede virtual dos Pontos de Cultura os ponteiros constroem uma comunidade de pertencimento e de engajamento político. Autonomia e empoderamento fazem parte do pressuposto identitário desses artistas enquanto grupo fomentado pelas políticas públicas culturais. Compreendendo o ciberespaço como uma arena política, Gustavo Lins Ribeiro (2000) relaciona a atuação política na rede à noção de “política cibercultural”, dividida em duas esferas inter-relacionadas: a primeira se define como uma atividade política restrita à instância virtual e remete ao que o autor define como *ciberativismo*. A segunda esfera remete a rede virtual relacionada ao “ativismo no mundo real”, a qual o autor define como *ciberpolítica* (RIBEIRO, 2000, p. 475). Partindo dessa distinção entre ciberativismo e ciberpolítica diria que, a rede virtual dos Pontos de Cultura trabalha com essas duas noções. A mobilização dos ponteiros pode ser articulada virtualmente para definirem um encontro presencial com gestores e Ministros. Neste caso, esta forma de articulação política remeteria a

noção de *ciberpolítica* definida por Ribeiro (2000). Mas o ativismo e a mobilização dos ponteiros também podem ser “estritamente virtuais”, e de efeitos reais nas políticas públicas culturais. Um exemplo é o “twitaço pela aprovação da Lei Cultura Viva”, ocorrido no ano de 2011. A Lei Cultura Viva é uma das pressões impulsionadas pelos ponteiros para que o Programa seja regulamentado e se torne uma política permanente e que não se desconfigure no decorrer das gestões do MinC. Neste caso, os ponteiros estariam produzindo aquilo que Ribeiro (2000) define como *ciberativismo*. Cito abaixo o chamamento para essa manifestação virtual:

ASSUNTO: Twitaço pela aprovação da #LeiCulturaViva. Participam da mobilização a Comissão Nacional de Pontos de Cultura, a Ação Griô, coletivos de Cultura Digital, Rede Nacional dos Povos de Terreiros, Rede Nacional dos Pontos de Cultura, Circuito Fora do Eixo, PCult, #MovSocialCultura e todos os movimentos e redes que quiserem somar na construção de uma política de estado para o protagonismo e a emancipação cultural. Convocamos as redes e movimentos sociais da cultura para uma intensa pressão 2.0 nos parlamentares que compõem a Comissão de Cultura e Educação da Câmara dos Deputados para garantirmos a votação e aprovação do relatório do PL 757 – #LeiCulturaViva, de autoria da Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, Deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) e relatoria do Deputado Antônio Roberto (PV/MG). Para participar, envie tweets com a hashtag #LeiCulturaViva, diretamente na conta de twitter de cada parlamentar que compõe a Comissão de Educação e Cultura, compilados abaixo.

Ciberpolíticos, ciberativistas e ciborgues. Certamente esses não seriam os rótulos comuns dados a artistas populares, mamulengueiros, contadores de histórias, populações indígenas, de terreiro, circenses... Certamente esses sujeitos não foram privilegiados pelas antigas políticas públicas culturais. Mas ao serem “incluídos”, não abriram mão do uso das novas tecnologias para construir um espaço de pressão política aos gestores que os fomentam financeiramente. Esses artistas seriam o público alvo de uma política pública cultural interessada em localizar e reconhecer culturas populares e manifestações culturais ditas “não-clássicas”, ou que não fazem parte de uma “alta cultura”.

A posição do Ministério da Cultura pode aqui ser compreendida através da perspectiva de “comunidade de comunicação” e de “comunidade de argumentação” desenvolvida por Cardoso de Oliveira (2006). A comunidade de comunicação é uma “instância constitutiva de qualquer tipo de conhecimento e é marcada pela intersubjetividade. Entretanto, mesmo nesta comunidade de comunicação, já estão circunscritos “os acordos tácitos ou explícitos, configurados em normas estandardizadas pela comunidade de argumentação” (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 85). A comunidade de comunicação pode ser aqui situada a partir dos

artistas que estão inseridos na política pública cultural. Ao passo que a comunidade de argumentação opera como um núcleo duro e institucionalizado, que nos remete aos formuladores das políticas culturais, e ao próprio Ministério da Cultura. As comunidades de argumentação e comunicação são, portanto instâncias co-dependentes, pois para se comprovar a validade das premissas de uma comunidade de comunicação, pressupõe-se a existência de uma “comunidade de argumentação” para avaliá-las (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). Na relação entre política pública e sociedade civil, podemos dizer que estamos diante do feixe entre norma e execução, ou entre formuladores e executadores. Neste sentido, os discursos dos gestores do MinC nos ajudam a compreender como os formuladores das políticas públicas culturais compreendem a produção cultural do país:

(...) toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais da Nação, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país (...). Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção..." (GIL, 2003, p. 3).

Através desta “perspectiva antropológica”, o Ministério ampliou suas fronteiras - para as culturas populares; afro-brasileiras, indígenas, de orientações sexuais, de periferias, etc. O nome “Ponto de Cultura” é proposto a partir deste discurso de posse do Ministro Gilberto Gil. A expressão “massageando pontos vitais da Nação” ou o “do-in antropológico” marca uma transformação na noção de “cultura nacional” e de política pública cultural. Mas, como coloca Turino (2005), que Nação é esta que o Ministro se refere?

“De certo não é uma massa compacta e estática e muito menos um conjunto de estereótipos e tradições inventadas. A nação para qual olhamos precisa ser vista como um organismo vivo, pulsante, envolvido em contradições e que necessita ser constantemente energizado e equilibrado. Uma acupuntura social que vai direto ao ponto” (TURINO, p. 137, 2005.)

Conforme observamos na fala de Turino (2005) e de Gil (2003), a atual proposta das políticas culturais está marcada pelo reconhecimento e pelo exercício da “diversidade cultural”. Este conceito é de grande importância para a política dos Pontos de Cultura e implica em uma mudança nos modos de se fazer política cultural no país. A diversidade cultural é acionada como instrumento político de inclusão. Por ser uma política nacional (formulada dentro da comunidade de argumentação do Ministério), o Programa Cultura Viva

não escapa das distorções entre a política de governo e as demandas locais. E este parece ser o caráter mais sintomático das pressões realizadas pelos ponteiros aos gestores públicos.

Fazer um *do-in antropológico*, tal como foi colocado por Gilberto Gil (2003) implica na inclusão de novos atores sociais que não foram privilegiados pelas políticas públicas culturais. Mas em que medida as políticas públicas culturais inclui ou excluem os artistas? Por que os ponteiros se mobilizam virtualmente e co-presencialmente para pressionar os gestores públicos? A proposta dos Pontos de Cultura foi efetivada?

Na tentativa de responder essas questões partirei da seguinte hipótese: A participação desses novos atores nas políticas públicas culturais se dá de forma consultiva, ou seja, por meio de consultas públicas: audiências, reuniões, fóruns colegiados e conselhos de cultura. Por meio dessa participação consultiva os artistas poderiam exercer o controle e a construção das políticas públicas culturais. Mas essa teoria nem sempre condiz com a prática, pois essa forma de participação não inclui plenamente os artistas nas políticas culturais. Isto porque esse modelo de participação implica na apreensão do discurso político hegemônico – para não dizer burocratizado - por parte dos artistas.

Assim, mesmo que os artistas sejam “chamados” para participar da construção das políticas públicas, ele necessita utilizar a linguagem das elites culturais hegemônicas. Por exemplo: um mestre de cultura popular que queria ser fomentado institucionalmente pelo MinC deve dar conta de escrever um projeto para se ingressar como Ponto de Cultura, deve ter conhecimento das portarias e das leis que compõem o quadro das políticas públicas culturais, assim como a linguagem do edital de chamamento público e deve saber articular seus interesses ao discurso do Ministério da Cultura. Portanto, considero que a forma de “inclusão” e participação dos artistas é dúbia, uma vez que o modelo de gestão compartilhada não inclui plenamente o artista, na verdade, diria que o coloca em uma posição fronteira, do tipo “quase” incluído. É nesse espaço “fronteiriço” que os ponteiros se organizam para pressionar os gestores públicos por maior autonomia, empoderamento e auto-gestão.

A esta altura da discussão devo fazer algumas ressalvas a partir das entrevistas, conversas formais e informais com vários artistas inseridos nos Pontos de Cultura: 1. Os ponteiros que compõem a rede virtual dos Pontos de Cultura compreendem que o fomento institucional não é um favor, e sim um direito de todos os artistas e produtores culturais. 2. A frente de “luta”, como dizem, possui duas exigências principais: a) pela regulamentação dos Pontos de Cultura enquanto política permanente. b) pela auto-gestão do Programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura. “Através da auto-gestão poderíamos ser mais artistas e menos burocratas”, afirmou um colega ponteiro em uma conversa recente na rede virtual. Assim, ao

que pude perceber, só conquistando essas duas exigências é que os ponteiros se sentiriam incluídos nas políticas públicas culturais. Enquanto isso não ocorre, as discussões na rede virtual dos Pontos de Cultura ainda continuam a chegar na minha caixa de e-mails.

Considerando a hipótese de que esses artistas não estão incluídos nas políticas culturais do governo, proponho discutir agora sobre as abordagens desenvolvidas por Gayatri Spivak (2010), sobre a condição do subalterno perante os discursos e a ordem hegemônica. Vamos refletir se esses artistas podem ser observados sob a óptica de sujeito subalterno desenvolvida por Spivak. A autora nos traz uma definição: o sujeito subalterno é aquele pertencente:

às camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 12).

A autora denuncia a violência epistêmica no modo de representação desses sujeitos, e o modo como o pensamento hegemônico inviabilizou, expropriou e silenciou esse “outro”. Para a autora, o silêncio dos subalternos não resultou apenas em colocar o subalterno em uma posição secundária, mas também como uma forma de sucumbir qualquer possibilidade de expressão ativa desses indivíduos. O centro de sua crítica está nas concepções de um sujeito coletivo homogêneo e monolítico.

Quando Spivak fala de sujeito subalterno, logo nos vem à mente a figura da mulher, do indígena, do negro(a), enfim, grupos que foram ignorados pelo padrão hegemônico ocidental. Mas gostaria de estender essa categoria para o caso dos artistas. Vou tomar um exemplo rápido, do Mestre Chico. Violeiro, e um exímio luthier especializado em guitarras, contrabaixos e violões, residente Goiânia desde o final dos anos 70. Recentemente fui ao seu ateliê e descobri que Seu Chico (como gosta de ser chamado) está com um problema na mão esquerda e não consegue mais tocar nem fabricar seus instrumentos. Me disse que terá que “passar o ponto” do ateliê para outra pessoa, disse que uma moça está interessada em comprar o espaço para montar uma boutique de moda feminina. Nesse dia fiquei pensando se não haveria um modo de fazer do seu ateliê um espaço cultural, pois tantas pessoas vão ali “prosear” com Chico, tantas outras aprenderam como é a confecção de um instrumento musical, quantas rodas de viola presenciei... E tudo aquilo iria simplesmente desaparecer. Refleti sobre os mecanismos possíveis para que aquele lugar lhe oferecesse uma renda, transformando aquele espaço em uma oficina, um Ponto de Cultura, qualquer coisa. Esbocei

em meus pensamentos como Chico poderia ser reconhecido institucionalmente como um legítimo artista, mas não tinha jeito. Seu Chico não tem formação escolar, não tem aposentadoria, não tem CNPJ, mas é um dos maiores artistas que já conheci.

Tomando o exemplo do Mestre Chico (e de tantos outros Mestres e artistas em situação semelhante) fica claro perceber que esse artista nunca foi incluído por qualquer política pública cultural. Provavelmente porque as antigas políticas culturais ao privilegiarem as expressões artísticas da “alta cultura” não privilegiaram expressões artísticas como a de Chico. E mesmo as atuais políticas culturais atuais - que afirmam um caráter inclusivo desses mestres populares não dá conta de atendê-los. Se Chico quisesse mesmo se conveniar como Ponto de Cultura, por exemplo, ele teria que ler o edital de chamamento, ter ao menos 3 anos de atividade comprovada de espaço cultural, ter CNPJ, saber escrever um projeto para participar da seleção dos Pontos de Cultura – com justificativa, objetivos e cronograma, teria que se vincular à rede virtual dos Pontos de Cultura, participar dos encontros com os gestores e ainda dar conta das prestações de contas que o Ministério exige dos ponteiros. Portanto, seu Chico, aqui na minha descrição acadêmica, pode ser compreendido como um sujeito subalterno, pertencente “às camadas mais baixas da sociedade”, da qual fala Spivak.

Ao desenvolver seu argumento sobre o subalterno, Gayatri Spivak propõe uma noção de cultura como conjunto instável de premissas ativas e em movimento, ainda que este conjunto constitua um grupo de crenças e de suposições organizadas (Spivak, 1999, p. 359). Ocorre que, essas mesmas “premissas” poderiam ser acionadas como meios de inovação e mudança. Portanto, a cultura não poderia ser apreendida como uma instância monolítica que determina as ações do sujeito. E o sujeito da mudança seria o próprio subalterno. Daí a importância do intelectual não falar no lugar do subalterno, dado que tal ação sempre tende a pressupor uma essencialização atribuída pelo discurso especializado. Neste sentido a autora avança em defesa da necessidade de uma revisão das agências e posicionamentos dos grupos subalternos, assim como o desdobramento dessas agências em ações políticas reais. Para transcender o discurso hegemônico que solapa os sujeitos subalternos, a autora aposta em um “essencialismo estratégico” que leve em conta o caráter provisional das identificações, um tipo de solidariedade temporária para conseguir efeitos reais na esfera política e social.

O essencialismo estratégico que fala Spivak parece estar muito próximo do mecanismo utilizado pela rede virtual dos Pontos de Cultura, pois no ciberespaço os ponteiros constroem uma comunidade de pertencimento capaz de pressionar os gestores públicos para realização de mudanças na política cultural da qual os próprios ponteiros fazem parte. Como já foi dito antes, a principal meta desses artistas é de conseguir a auto-gestão dos Pontos de

Cultura, mesmo que para isto tenha que falar “a língua do discurso dominador”. Essa “estratégia” dos ponteiros - que é próxima do “essencialismo estratégico” apontado por Spivak - indica uma ressalva em relação às teorias de muitos intelectuais sobre o estilhaçamento das categorias identitárias. Embora reconheça que as identidades são dinâmicas, elas existem e fazem efeito no real. Não são absolutamente fluidas. Elas puderam ser aqui observadas através dos artistas que fazem parte dos Pontos de Cultura. O ciberespaço é, portanto, um lugar de expressão dessas identidades, e implica em um duplo dilema: por um lado, a recusa dos estigmas dados às políticas públicas e, por outro, a necessidade de criar um código de identificação para conseguirem atingir os interesses em comum. Assim, as identidades vão sendo agenciadas, negociadas, apropriadas ou desapropriadas estrategicamente.

REFERÊNCIAS:

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Unesp, 2006.
- DELEUZE Gilles e GUATTARI, Félix. Os Mil Platôs. Vol. 1 e Vol. 3. São Paulo. Editora 34. 1996.
- GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília, Ministério da Cultura, 2003.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad; Ana Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992.
- HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* organização e tradução Tomaz Tadeu – 2. ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. (Trad. Carlos Irineu da Costa) Rio de Janeiro: Ed.34.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *El espacio público-virtual*. Série Antropologia, 2000.
- SPIVAK, Gayatri. *A critique of postcolonial reason: toward a critique of the vanishing present* Cambridge, MA: Harvard University, 1999.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- TURINO, Célio. *Desescondendo o Brasil Profundo*. Cultura Viva: Programa Nacional da Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária. 3ªEd. Brasília, 2005.